A MANDALA DAS VIRTUDES DA ARQUIVOLOGIA:
relato de pesquisa

Isa Maria Freire[1]

Julianne Teixeira e Silva[2]

RESUMO

Relata uma experiência de pesquisa-ação desenvolvida com quatro turmas da disciplina Ética da Informação no Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, no período de março de 2011 a abril de 2013. Aborda as virtudes na perspectiva de Comte-Sponville (1999) e descreve o desenvolvimento das atividades político-pedagógicas para elaboração da Mandala das Virtudes da Arquivologia em cada uma das turmas participantes. Descreve as virtudes escolhidas pelos alunos da disciplina como aquelas mais representativas da práxis arquivística e, por extensão, do campo da Arquivologia. Destaca as virtudes indicadas como representativas da prática profissional arquivística pelos grupos de participantes da pesquisa, a saber: Prudência, Humildade, Coragem, Justiça, Fidelidade e Amor.

Palavras-chave: Virtudes – Arquivistas. Virtudes – Mandala. Arquivologia – Formação profissional.

MANDALA OF VIRTUES OF ARCHIVOLOGY: research report

ABSTRACT

Describes an experience of action research developed with four classes of discipline Information Ethics in B.Sc. in Archival Federal University of Paraíba, in the period from March 2011 to April 2013. Discusses the virtues from the perspective of Comte-Sponville (1999) and describes the development of political-pedagogical activities for development of the Mandala of the Virtues Archivology in each of the participating classes. Describes the virtues of discipline chosen by students as those most representative of archive al practice and, by extension, the field of Archival. High lights the virtue sindicated as representative of archive al practice by groups of participants, namely: Prudence, Humility, Courage, Justice, Loyaltyand Love.

Keywords: Virtues - Archivists. Virtues - Mandala. Archival - Vocational Training.

---

1 Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Brasil. Coordenadora da Rede de Projetos do Laboratório de Tecnologias Intelectuais - LTi do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

2 Professora do curso de graduação em Arquivologia, vinculada ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Mestre em Ciência da Informação (UFMG), Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB. Membro do Laboratório de Tecnologias Intelectuais (DCI/UFPB) e do Grupo de pesquisa:Leitura, Organização, Representação, Produção e Uso da Informação.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata a experiência de pesquisa-ação[3] com quatro turmas da disciplina Ética da Informação, no Curso de Bacharelado em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), fundamentada na filosofia das virtudes de Comte-Sponville (1999) e desenvolvida na perspectiva das qualidades necessárias ao profissional arquivista, na sociedade contemporânea.

Acompanhando a relevância da informação documental na sociedade contemporânea, o Curso de Graduação em Arquivologia da UFPB procurou construir e aplicar um Projeto Político-Pedagógico (PPP) em consonância com os anseios e a demanda desta época. Dessa forma, o PPP do Curso delineia um perfil ético, político e social de um profissional capaz de refletir não somente sobre os fundamentos teóricos e tecnológicos da informação, mas, especialmente, de compreender sua profissão como um campo de possibilidades numa sociedade em que se processam grandes transformações.

Nesse sentido, considerando essa proposta Político-Pedagógica na qual se insere a disciplina Ética da Informação, as ações de pesquisa que relatamos no presente trabalho foram orientadas pela seguinte questão: dentre as virtudes descritas por Comte-Sponville (1999), quais seriam necessárias à prática arquivística?

Na verdade, ao elucidarmos a primeira de muitas questões, não temos a pretensão de esgotar todas as discussões que poderiam ser feitas, mesmo porque os aspectos que destacamos têm dimensões culturais, políticas e ideológicas que precisam ser consideradas para uma análise mais aprofundada.

2 O CAMPO DA ARQUIVOLOGIA

O papel social dos arquivos é permeado pela tessitura ética do arquivista e sua relação com os contextos em que está inserido. Sob a vertente da nova abordagem informacional dos arquivos a questão do acesso se transforma em uma condição prioritária dentro desse cenário que se descortina.

As relações sociais mediadas pelas tecnologias exercem uma ressignificação dos modos do pensar e do fazer arquivístico na atualidade. A abordagem tecnológica e informacional nos arquivos é recente e suscita uma perspectiva diferenciada no tratamento e na disseminação da informação arquivística revelando-se como meio de interação entre a sociedade e os arquivos e vice-versa.

A Arquivologia enquanto campo científico passa a desenvolver-se, a partir do séc. XX, em decorrência do significativo volume documental produzido e passível de ser organizado e gerenciado. Tais demandas sobressaem-se diante das necessidades dos órgãos públicos e das instituições arquivísticas custodiadora sem manter os documentos organizados de modo célere. Este

3 A escolha da pesquisa-ação traduz nossa abordagem da comunicação da informaçãocomoação transformadora, criando espaçoparaintervençãoempíricaem uma dadasituação. Segundo Thiollent (1997), a pesquisa-ação "consiste essencialmenteemacoplarpesquisa e açãoemumprocesso no qual os atores implicados participam, juntocom os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidadeemque estão inseridos" (THIOLLENT, 1997, p.15).

contexto acarreta uma série de situações e ações que se desencadeiam no sentido de propiciar um incremento da área em que o *locus* desse desenvolvimento apresenta certa sazonalidade, hora se dá no seio das instituições arquivísticas, hora no espaço doscoletivos profissionais, no meio acadêmico e na esfera legislativa. A esse respeito, Brito (2011) mostra que

> O percurso da Arquivologia como disciplina no Brasil, até sua inserção na pós-graduação *stricto sensu*, parece seguir, em grandes linhas, o modelo internacional, guardandocertas particularidades. A convergência de esforços do Estado, das suas instituições – sobretudo do AN –, das universidades e das associações de arquivistas para a institucionalização da disciplina no espaço universitário conjuga iniciativas, desde o final do século XIX, em torno de discursos em defesa da relevância da formação especializada na área para a adequada organização e preservação de acervos.

Alguns momentos da arquivologia brasileira serão brevemente pontuados aqui, com finalidade de pré-contextualizar o cenário que propiciará a expansão dos cursos de arquivologia no Brasil e, especificamente, a criação do curso da UFPB.

Embora o Arquivo Nacional, seja uma referência para a instauração da área no Brasil desde o Século XIX, é possível reconhecer que só no início da década de 1970 a Arquivologia Brasileira começa a dar sinais da busca do estabelecimento de sua identidade, quando, em 1971, é criada a Associação dos Arquivistas Brasileiros. Nessa mesma década são criados os primeiros cursos de nível superior em Arquivologia. Fonseca (2005, p. 67), elucida que em 1977 foi criado o primeiro curso superior de Arquivologia no Brasil na UNIRIO, seguido pelos cursos das Universidades Federais de Santa Maria em 1977 e Fluminense em 1978. Nas décadas de 1990 e 2000 houve uma expansão significativa dos cursos de Arquivologia que atualmente somam um total de 16 cursos oferecidos no território nacional, cobrindo todas as regiões do Brasil.

A década de 1980 pode ser destacada como o momento que se deu atenção às questões legislativas da área. Nesse interim são discutidos e debatidos os projetos queculminaram na promulgação da Lei 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal que prevê o direito de acesso à informação pública, no inciso XXXIII do Capítulo I - dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, que dispõe que:

> todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988).

A Constituição também tratou do acesso à informação pública no Art. 5º, inciso XIV, Art. 37, § 3º, inciso II e no Art. 216, § 2º. Estes dispositivos culminarão com a publicação da lei de acesso a informações regulamentada em 2011 – Lei 12.527/2011 –, que estabelece requisitos mínimos para a divulgação de informações públicas e procedimentos para facilitar e agilizar o seu acesso por qualquer pessoa.O acesso à informação prevista na Constituição Federal, a Lei 8.159/1991 e os recursos tecnológicos corroboram com a necessidade da ampliação das discussões em torno do papel do arquivista, afim pensar seu lugar e sua atuação nesse novo quadro que se estabelece na área.

A esse respeito Souza (2011, p.61) comenta que a visibilidade do arquivista ganha amplitude.

> Com a legislação arquivística e as resoluções e demais atos emanados pelo CONARQ, as instituições, sobretudo públicas, criaram e ampliaram o espaço em seus quadros para agregar os arquivistas como gestores das informações e responsáveis pelo fluxo dos documentos, principalmente onde haja acumulação de documentos.

A atuação do arquivista nesse cenário é ponto de reflexão em relação aos seus valores e as suas funções ao que tange o organizar, o custodiar e o mediar a informação. Tais ações carecem de reflexão reverberada sob o olhar deontológico.

Na década de 1990 os coletivos profissionais, principalmente os internacionais, divulgam suas ações em torno da questão ética e da postura profissional dos arquivistas. A Society of American Archivists (SAA) publica em 1992 seu código de ética apresentado em doze tópicos com as diretrizes, procedimentos e condutas profissionais que, à época, diziam respeito à política de acesso, aos usuários, à custódia, à negociação e comercialização de documentos, entre outras. A sociedade de arquivistas americanos mantém atualmente em sua página na internet a declaração dos valores essenciais e o código de ética[4], aprovados em 2011. Ainda na década de 1990, coletivos profissionais de outros países divulgaram seus códigos de ética. Souza (2011, p.64) elucida este momento explicando que

> Nos anos 90, outras associações profissionais elaboram seus códigos, como a Associação dos Arquivistas do Quebec, AAQ, em 1991, a Associação dos Arquivistas Canadenses , em 1992, a Sociedade dos Arquivistas Australianos e a Sociedade dos Arquivistas da Nova Zelândia, em 1993 e, no ano seguinte, foi a vez da elaboração da Associação dos Arquivistas do Reino Unido e da Irlanda.

Em 1996 o Conselho Internacional de Arquivos publica o Código de Ética[5] dos Arquivistas durante o XIII Congresso Internacional de Arquivos em Beijing. Esse documento, sobre a ética na área da arquivística, é adotado pelos coletivos profissionais do Brasil com exceção da Associação dos Arquivistas Brasileiros que elaborou seus princípios éticos.

2.2 Arquivologia na UFPB: compromisso com a formação profissional

O curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi implantado dentro do Programa deExpansão das Universidades Federais (REUNI). Lançado em 2007 pelo Governo Federal, através do Decreto nº 6.096, de 24.04.2007, o REUNI veio fomentar

4 SAA Core Values Statement and Code of Ethics. Disponível em: http://www2.archivists.org/statements/saa-core-values-statement-and-code-of-ethics#code_of_ethics.

5 O Código de Ética do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) está disponível em língua portuguesa no site do CIA em; http://www.ica.org/download.php?id=583.

o projeto de criação do Curso de Arquivologia o qual estava sendo estudado e preparado por um grupo de professores do Departamento de Ciência da Informação da mesma Universidade.

Antecedendo à criação do curso, é necessário mencionar alguns pontos como, por exemplo, o período que compreende os anos de 1996, 1997 e 1998, onde a UFPB em parceria com o Arquivo Nacional oferta cursos de especialização em Organização de Arquivos, financiado pela CAPES, sob a responsabilidade do então Departamento de Biblioteconomia e Documentação, em conjunto com o Departamento de Historia da UFPB. Ressalta-se que o Departamento de História (DH/UFPB) vinha desenvolvendo projetos relevantes nos arquivos da Universidade, Segundo Silva e Rocha (2011), o DH/UFPB vinha realizando ações para a preservação do patrimônio documental e memória, não só da UFPB bem como da Paraíba. Um exemplo dessas ações é a criação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR[6].

Motivados pelo sucesso dos cursos de especialização em arquivos, desde 1999 um grupo de professores ligados à especialização começaram a prepararuma proposta de criação do Curso de Arquivologia na UFPB, Segundo Brito (2011), essa proposta ficaria sob a responsabilidade dos departamentos de História e Biblioteconomia e Documentação. Dessa feita, os professores do então Departamento de Biblioteconomia e Documentação, decidiram em reunião do colegiado ocorrida no dia 7 de julho, pela criação do Curso citado. Foram realizadas várias reuniões que culminou numa primeira proposta curricular, que foi publicada nos anais do XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (2000), intitulado Currículo de Graduação em Arquivologia: uma proposta de flexibilização curricular/LDB. Brito (2011), relata que a parceria entre os dois departamentos não se consolidou e o projeto político pedagógico não foi implantado.

Em 1996 com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/1996 o curso de Biblioteconomia da UFPB precisou passar por uma intensa reforma curricular para se adequar a referida Lei. A experiência obtida com a elaboração do novo Projeto Político Pedagógico de Biblioteconomia propiciou a retomada dos trabalhos, no sentido de envidar esforços para retomar as discussões sobre a criação do curso de Arquivologia da UFPB.

Assim, em 2007 o Programa REUNI possibilitou que fosse formalizada uma comissão para elaboração do projeto político pedagógico do curso de Arquivologia, que aproveitou toda a parte teórica preparada anteriormente e juntando os resultados da analise dos conteúdos curriculares dos cursos de Arquivologia existentes no Brasil. Vale destacar que a comissão responsável pela elaboração do projeto contou com a grande contribuição do Professor Armando Malheiro, da Universidade do Porto (Portugal).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) foi concluído no início de 2008 e em 15 de julho de 2008, por meio da Resolução 41/2008 CONSEPE, foicriado o Curso de Arquivologia por meio da Resolução 42/2008, na modalidade Bacharelado, vinculado ao Departamento de Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas - Campus I.

6 O NDHIR foi implantado em 1976. É um órgão suplementar da reitoria da UFPB, que tem como objetivos básicos o resgate e a preservação da memória e a produção do conhecimento crítico sobre a realidade nordestina.

O Projeto Político Pedagógico do novo curso contempla conteúdos básicos profissionais e complementares a fim de formar uma estrutura programática que permita ao aluno uma formação que lhe dê condições de fazer opções diferenciadas para mundo do trabalho.

2.2.1 Inserção da disciplina Ética da informação no PPP

As competências e habilidades inerentes ao profissional arquivista, decorrentes do Projeto Político Pedagógico, devem qualificá-lo para o exercício profissional de forma a atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária. É nesse contexto da formação profissional, que o Curso de Arquivologia está estruturado em seis áreas curriculares: Fundamentos Teóricos da Ciência da Informação; Organização e Tratamento da Informação; Recursos e Serviços de Informação; Gestão de Unidades de Informação; Tecnologia da Informação; Pesquisa. (UFPB, 2008).

Nessa perspectiva, destacamos a área curricular "Fundamentos Teóricos da Ciência da Informação", onde está inserida a disciplina Ética da Informação, objeto deste estudo, que tem como ementa: Perspectiva histórica e sistemática da ética. Ética da informação produzida, acessada e utilizada. Ética e o profissional da informação. Ética nas relações humanas. Ética na vida do profissional da informação. Código de ética profissional. Legislação que rege a profissão. Entidades de Classe. Mundo do trabalho, prática profissional e responsabilidade social.

Na disciplina, a ideia de um Bem ao qual devemos aspirar enquanto seres humanos que somos —sábios dos sábios na espécie de primatas da qual evoluímos —, dialoga com a possibilidade de um 'livre arbítrio' que nos orienta, qual *daimon*[7]socrático, no exercício da profissão arquivista na sociedade. Esta ideia pode ser considerada como fundamento para ações de responsabilidade social no campo da informação, tal como sugerida por Freire (2001), que começam nos indivíduos e se espalham, como uma corrente pelo Bem, nos grupos dos quais esses indivíduos participam.

Assim, foi no âmbito das leituras e discussões promovidas na disciplina Ética da informação que inserimos a pesquisa sobre virtudes que seriam necessárias à prática dos arquivistas, as quais entendemos que podem ser extensivas ao campo da Arquivologia.

3 AS PEQUENAS GRANDES VIRTUDES DE COMTE-SPONVILLE

No preâmbulo do seu Pequeno tratado das grandes virtudes, André Comte-Sponville (1999, p.13) diz que se a virtude pudesse ser ensinada seria "mais pelo exemplo do que pelos livros" e se pergunta: "para que um tratado das virtudes?" Sua resposta é "para tentar compreender o que deveríamos fazer, ou ser, ou viver, e medir com isso, pelo menos intelectualmente, o caminho que daí

7 "**Daemon** ou **daimon** transliteração *dáimon*, tradução "divindade", "espírito"), é um tipo de ser que em muito se assemelha aos gênios da mitologia árabe. São intermediários entre os deuses e os homens. [...] ao longo da História, surgiram diversas descrições para esses seres." Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Daemon>. Acesso em: 13 abr. 2013.

nos separa das demais espécies" (COMTE-SPONVILLE, 1999, p.13). Contudo, antes de empreender essa tarefa, que considera insuficiente porémnecessária, Comte-Sponville (1999, p.13) novamente se questiona: "O que é uma virtude?". E se responde: "É uma força que age, ou que pode agir" (COMTE-SPONVILLE, 1999, p.13). Nesse sentido, corroborando Comte-Sponville, Christofoletti (2012, p.96) entende a virtude como

> uma tendência para o bem que deve ser ensinada desde o início da existência; é um hábito ou uma disposição racional que torna o homem bom e lhe permite cumprir bem a sua tarefa. Não é algo inato, mas resultado de aprendizado, de exercício cotidiano.

Nesse contexto, se a virtude de uma planta e de um remédio seria tratar uma doença ou ferimento, a de uma faca seria cortar, a de um homem seria "querer e agir humanamente" (COMTE-SPONVILLE, 1999, p.14). Esses exemplos, que vêm dos gregos, dizem suficientemente o essencial: virtude é poder, mas poder específico. As virtudes seriam independentes do uso que delas se faz, bem como do fim a que visam ou servem. Mas, se todo ser possui seu poder específico, qual seria a excelência própria do homem?

Na visão de Aristóteles, seria a vida racional, que nos distinguiria dos animais, entretanto Comte-Sponville (1999) argumenta que a razão ainda não seria suficiente sendo necessários, também, o desejo, a educação, o hábito, a memória. Pois

> toda virtude é histórica, como toda a humanidade, e ambas, no homem virtuoso, sempre coincidem: a virtude de um homem é o que o faz humano, ou antes, é o poder específico que tem o homem de afirmar sua excelência própria, isto é, sua humanidade. (COMTE-SPONVILLE, 1999, p.15).

A virtude, então, seria nossa maneira de ser e de agir humanamente, isto é, "nossa capacidade de agir bem" Comte-Sponville (1999 p.17). Assim vista pelo autor, a virtude seria

> uma disposição adquirida de fazer o bem. É preciso dizer mais, porém: ela é o próprio bem, em espírito e em verdade. As virtudes são nossos valores morais mas encarnados, mas vividos. Sempre singulares, como cada um de nós, sempre plurais, como as fraquezas que elas combatem ou corrigem. (COMTE-SPONVILLE, 1999, p.17).

O autor selecionou 18 virtudes que lhe pareceram mais importantes, descrevendo como são ou deveriam ser, e o que as torna "sempre necessárias e sempre difíceis". Deliberadamente, seu conjunto de virtudes começa pela *polidez*, "que ainda não é moral", e termina pelo *amor*, "que não o é mais" (COMTE-SPONVILLE, 1999, p.18).

Nesta aplicação do conjunto de virtudes de Comte-Sponville ao campo da Arquivologiafizemos o Caminho das Virtudes iniciando com a *Polidez*, a porta para as demais virtudes, e encerrando com o *Amor*, porque o amor nunca acaba. Na figura 1, representamos o conjunto das 18 "pequenas grandes virtudes" de Comte-Sponville (1999), tomando a liberdade de destacar o *Amor* como conceito central dessa figura:

Figura 1 – As 18 virtudes de Comte-Sponville (1999)

Fonte: Baseado em Comte-Sponville, 1999. Elaborado por Freire, 2013.

É por concordarmos com essa reflexão que propomos uma aplicação das virtudes à vida nas organizações - no nosso caso a organização acadêmica -, especialmente nas relações interpessoais. Nessa perspectiva, o espaço acadêmico de formação profissional pode ser visto não somente como campo de preparação para uma atividade econômica, mas, também, como oportunidade para expressão da criatividade individual e da cooperação nas relações humanas.

Um espaço para a prática das virtudes, do "bem sem olhar a quem", como exorta a sabedoria popular. Pois acreditamos que construir caminhos das virtudes nas organizações, por onde possam fluir os sentimentos e conhecimentos que nos tornam mais humanos, é uma proposta coerente com o desafio de Comte-Sponville (1999) ao produzir um "pequeno tratado das grandes virtudes".

4 A MANDALA[8] DAS VIRTUDES DA ARQUIVOLOGIA

Iniciamos nossa experiência no primeiro semestre de 2011, e a desenvolvemos na forma de pesquisa-ação com quatro turmas do segundo período do Curso de Arquivologia, na disciplina Ética da Informação, encerrando a série aqui apresentada no semestre 2012.1. Nosso propósito foi escolher, de forma coletiva, dentre as 18 virtudes apresentadas por Comte-Sponville (1999), as seis que um profissional arquivista deveria ter – ou se esforçar para ter –, na sua prática arquivística.

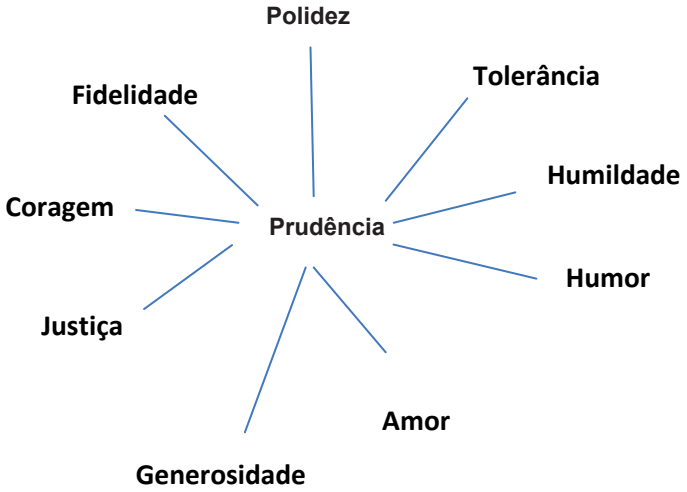
8 "**Mandala** é a palavra sânscrita que significa círculo ou "aquilo que circunda um centro". É uma representação geométrica da dinâmica relação entre o homem e o cosmo. De fato, toda mandala é a exposição plástica e visual do retorno à unidade pela delimitação de um espaço sagrado e atualização de um tempo divino." Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mandala>. Acesso em: 13 abr. 2013.

Para coleta de dados utilizamos o formulário elaborado para a oficina O Caminho das Virtudes, que consiste em uma mandala hexagonal onde se dispõem seis virtudes escolhidas dentre as 18 abordadas por Comte-Sponville (1999). Ao final do processo de elaboração das mandalas pelas turmas participantes, essas virtudes foram reunidas em uma única mandala, cujas características virtuosas consideramos extensivas ao campo da Arquivologia enquanto campo de atividade científica e tecnológica, na sociedade.

As mandalas das virtudes foram elaboradas primeiramente como exercício individual de cada participante, em relação às expectativas da prática profissional, e cada participante recebeu material com o formulário e as instruções para escolher as seis virtudes de sua mandala pessoal. A seguir, os participantes se organizaram em grupos de até cinco participantes, e depois de receber material com formulário e instruções, cada grupo identificou, organizou um quadro e discutiu essas virtudes individuais na perspectiva de elaborar uma mandala das virtudes no campo da Arquivologia.

Ao final do processo de pesquisa, analisamos as mandalas elaboradas pelas três turmas e identificamos que dentre as 18 virtudes consideradas por Comte-Sponville (1999) as turmas selecionaram 10 virtudes, das quais uma (*Prudência*) esteve presente em todas as mandalas elaboradas pelas Turmas, quatro (*Coragem*, *Humildade*, *Justiça* e *Amor*) estiveram presentes em três das quatro mandalas elaboradas, e três virtudes (*Fidelidade*, *Tolerância* e *Humor*) se repetiram em duas das mandalas elaboradas pelas quatro Turmas, no decorrer da pesquisa. Outras virtudes indicadas como representativas das características desejáveis no exercício da prática arquivista foram *polidez* e *generosidade*. A seguir, uma figura com as dez virtudes escolhidas pelas quatro Turmas participantes da pesquisa:

Figura 2 – As 10 Virtudes da Arquivologia: a escolha das Turmas



Fonte: Dados da pequisa, 2013.

E no quadro 1, apresentamos um resumo das características das virtudes escolhidas pelas Turmas participantes:

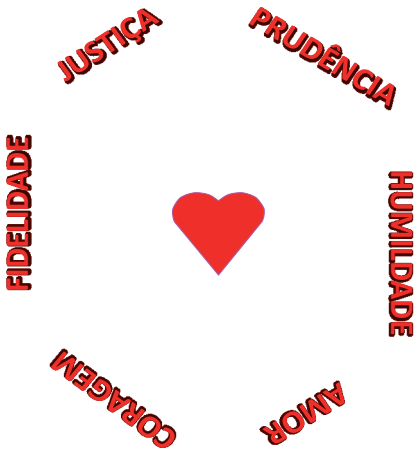
Quadro 1 – Virtudes escolhidas como pertinentes à prática arquivística

Virtudes escolhidas	Resumo das características
Prudência	A *prudência* é a virtude do risco e da decisão. Nenhuma virtude *em ato* poderia prescindir da prudência, que age sobre nossas escolhas. A prudência não reina, mas deve governar sobre as decisões.
Fidelidade	O homem é espírito pela memória e humano pela fidelidade. Nem dogmatismo, pois, nem inconstância. Trata-se de não confundir a razão (fidelidade ao verdadeiro), com a moral (fidelidade à lei e ao amor).
Coragem	A *coragem* é a virtude dos heróis. A coragem só existe no presente e deve ser inseparável da *medida*, sem a qual seria imprudência. Mas há coragem para o bem e para o mal: então, que virtude é essa, indiferente aos valores?
Tolerância	Tolerar é aceitar o que poderia ser condenado, é deixar fazer o que se poderia impedir ou combater, mas não é passividade. Seu papel na vida coletiva é o mesmo da polidez na vida interpessoal: apenas um começo, mas o suficiente.
Humildade	É uma virtude lúcida, sempre insatisfeita consigo mesma: é a virtude do homem que sabe não ser Deus. Como virtude, é a tristeza verdadeira de sermos apenas nós mesmos. Aceitar-se, sem se iludir.
Justiça	A *justiça* existirá se a fizermos. Ela não é uma virtude como as outras: é o horizonte de todas e a lei de sua coexistência. Sem ela, os valores deixariam de ser valores. É, pois, uma disposição constante, atribuindo a cada um o devido.
Humor	O *humor* conduz à humildade. Mas também vale por si mesmo, ao transmutar tristeza em alegria. O humor é uma manifestação de generosidade. Há coragem no humor, grandeza e generosidade. Como não seria uma virtude?
Generosidade	A virtude do *dom*, que parece dever mais ao coração ou ao temperamento. Está relacionada à solidariedade e igualdade entre os seres humanos. Trata-se de agir unicamente de acordo com as exigências do amor e da moral
Polidez	A polidez é uma ética do comportamento, um código da vida social – uma pequena coisa que prepara grandes coisas. As boas maneiras precedem as boas ações e levam a estas. Mas é preciso tomar cuidado para não permanecer apenas na aparência.
Amor	O amor é primeiro, não em absoluto, mas em relação à moral, ao dever, à Lei. É o *alfa* e o *ômega* de toda virtude. O amor não pode ser comandado, pois comanda. Sua ausência é o que torna as virtudes necessárias: o amor liberta.

Fonte: Dados da pesquisa, 2011, 2012. Baseado em Comte-Sponville, 1999.

Dessas virtudes, destacamos as cinco mais escolhidas pelas Turmas para produzir uma Mandala das Virtudes da Arquivologia. Completamos o hexágono das virtudes com nossa própria escolha dentre outras virtudes com a mesma incidência de escolhas: *fidelidade*. Pois embora *humor* e *tolerância* tenham recebido o mesmo número de indicações, consideramos que a profissão arquivista expressa fielmente o entendimento do filósofo sobre a virtude da *fidelidade*: "amor à verdade" (COMTE-SPONVILLE, 1999, p.173)

Figura 3 – Mandala das Virtudes da Arquivologia: a construção da pesquisa



Fonte: Dados da pesquisa, 2013.

Destarte, cada uma das virtudes, em cada uma das mandalas elaboradas pelas turmas, representa o arquétipo de um comportamento considerado ético e desejável para os profissionais arquivistas - dos quais se espera que sejam prudentes, embora corajosos, humildes na sua justiça e amorosos em cultivar a fidelidade à memória e aos arquivos onde atuam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de um trabalho fundamentado nas 18 virtudes descritas por Comte-Sponville (1999) em seu "Tratado das pequenas grandes virtudes", no âmbito da disciplina Ética da Informação no Curso de Bacharelado em Arquivologia da UFPB, tem se mostrado bastante produtiva. Por um lado, nos permitiu encontrar um fio condutor no pensamento ocidental que nos guia no território da literatura, qual fio de Ariadne nos labirintos da história, traçando um caminho da relação entre ética e conhecimento, desde os gregos antes de Cristo até Bauman (2011), muito depois de Cristo.

O fundamento para escolha das virtudes que compõem a Mandala das Virtudes da Arquivologia foi assim resumido pelos participantes, durante a pesquisa:

- *Prudência* para propor e aplicar normas a fundos arquivísticos, de modo a que nenhum documento venha a se perder e todos os usuários possam ter atendidas suas demandas.
- *Fidelidade*, que nas palavras do filósofo é o amor à verdade, a fidedignidade que fundamenta a profissão, que atesta origem e conteúdo dos fundos arquivísticos.
- *Coragem* para enfrentar os poderosos que ao longo da história da civilização humana escondem, destroem e dilapidam os documentos arquivísticos, preservando a informação em seu suportes original para conhecimento das gerações futuras.
- *Justiça*, para pesar, medir e atender a necessidade de cada usuário, e para medir o tempo certo de trazer à luz os tesouros arquivísticos.

- *Humildade*, para atuar em rede e compartilhar as fontes de informação, de modo a facilitar a transmissão do conhecimento para aqueles que dele necessitam, na sociedade.
- E *Amor*, pois para os seres humanos tudo começa e termina com esta virtude central, que nos vincula à natureza, aos outros seres humanos e à nossa ação na sociedade - no presente caso, ao exercício virtuoso da profissão bibliotecária.

Destarte, esperamos ter transmitido satisfatoriamente nossa experiência de pesquisa nas Turmas de Graduação em Arquivologia da UFPB. Ademais, convidamos os leitores para conhecer as virtudes e construir suas próprias mandalas, individualmente ou em grupo, considerando os seus respectivos contextos profissionais.

E desejamos que a corrente pelo Bem possa continuar seu caminho para o coração das pessoas, no campo da informação e nas demais dimensões profissionais, na vida de todos com os quais compartilhamos este Planeta Azul. De modo que possamos fazer florescer e crescer uma virtude que tem sido fundamental na trajetória da humanidade: a *Esperança*.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal,1998.

BRITO, Rosa Zuleide Lima de. O Curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraiba. In: MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia; RODRIGUES, GeogerteMedleg (Org.). **A formação e a pesquisa em Arquivologia nas universidades públicas brasileiras.** Brasília: Thesaurus, 2011, p.231-249.

CHRISTOFOLETTI, R. Para uma abordagem virtuosa do jornalismo. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, v. 18, n. 1, 2012.

COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno Tratado das Grandes Virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Reeditado em 2000. Disponível em: http://christianrocha.files.wordpress.com/2008/12/pequeno-tratado-das-grandes-virtudes.pdf. Acesso em 2 out. 2005.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.

FREIRE, Isa Maria. A responsabilidade social da Ciência da Informação e o olhar da consciência possível sobre o campo científico. 2001. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) Rio de Janeiro: CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 2001.

_____.**O Caminho das Virtudes**: documento teórico e metodológico. Rio de Janeiro: Oficina das Emoções, 2006. Brochura.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivista**: visibilidade profissional, formação, associativismo e mercado de trabalho. Brasília: Starprint. 2011.

THIOLLENT, M.. **Pesquisa-Ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. **Processo nº. 12030035/2008. Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquivologia**. João Pessoa, 2008.